

NORBERTO BOBBIO

TEORIA DA NORMA JURÍDICA

TRADUÇÃO

ARIANI BUENO SUDATTI

Doutora em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da USP
Pós-doutora em Literatura e História Literária pela Unicamp

FERNANDO PAVAN BAPTISTA

Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito
e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP

APRESENTAÇÃO

ALAÔR CAFFÉ ALVES

Livre-docente, doutor e mestre em Direito
pela Faculdade de Direito da USP
Professor Associado (aposentado) da Faculdade de Direito da USP

edipro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – ALAÔR CAFFÉ ALVES | 9

NOTA DOS TRADUTORES | 21

TEORIA DA NORMA JURÍDICA

CAPÍTULO 1

O DIREITO COMO REGRA DE CONDUTA | 25

- 1.1. Um mundo de normas | 25
- 1.2. Variedade e multiplicidade das normas | 27
- 1.3. O direito é instituição? | 29
- 1.4. O pluralismo jurídico | 31
- 1.5. Observações críticas | 34
- 1.6. O direito é relação intersubjetiva? | 37
- 1.7. Exame de uma teoria | 40
- 1.8. Observações críticas | 42

CAPÍTULO 2

JUSTIÇA, VALIDADE E EFICÁCIA | 45

- 2.1. Três critérios de valoração | 45
- 2.2. Os três critérios são independentes | 48
- 2.3. Possíveis confusões entre os três critérios | 51
- 2.4. O direito natural | 54
- 2.5. O positivismo jurídico | 58
- 2.6. O realismo jurídico | 62

CAPÍTULO 3

AS PROPOSIÇÕES PRESCRITIVAS | 69

- 3.1. Um ponto de vista formal | 69
- 3.2. A norma como proposição | 72
- 3.3. Formas e funções | 74
- 3.4. As três funções | 77
- 3.5. Características das proposições prescritivas | 79
- 3.6. Pode-se reduzir as proposições prescritivas a proposições descritivas? | 82
- 3.7. Pode-se reduzir as proposições prescritivas a proposições expressivas? | 86
- 3.8. Imperativos autônomos e heterônomos | 88
- 3.9. Imperativos categóricos e imperativos hipotéticos | 92
- 3.10. Comandos e conselhos | 94
- 3.11. Os conselhos no direito | 98
- 3.12. Comandos e instâncias | 101

CAPÍTULO 4

AS PRESCRIÇÕES E O DIREITO | 105

- 4.1. O problema da imperatividade do direito | 105
- 4.2. Imperativos positivos e negativos | 108
- 4.3. Comandos e imperativos impessoais | 111
- 4.4. O direito como norma técnica | 114
- 4.5. Os destinatários da norma jurídica | 119
- 4.6. Imperativos e permissões | 124
- 4.7. Relação entre imperativos e permissões | 127
- 4.8. Imperativos e regras finais | 131
- 4.9. Imperativos e juízos hipotéticos | 134
- 4.10. Imperativos e juízos de valor | 138

CAPÍTULO 5

AS PRESCRIÇÕES JURÍDICAS | 143

- 5.1. Em busca de um critério | 143
- 5.2. De alguns critérios | 145

5.3. Um novo critério: a resposta à violação	149
5.4. A sanção moral	152
5.5. A sanção social	154
5.6. A sanção jurídica	157
5.7. A adesão espontânea	160
5.8. Normas sem sanção	163
5.9. Ordenamentos sem sanção	167
5.10. As normas em cadeia e o processo ao infinito	170

CAPÍTULO 6

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS | 175

6.1. Normas gerais e singulares	175
6.2. Generalidade e abstração	178
6.3. Normas afirmativas e negativas	181
6.4. Normas categóricas e hipotéticas	184

REFERÊNCIAS | 187